

Tabela 06 - Leis estaduais de Santa Catarina com reflexo na atividade pesqueira. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, a descrição do respectivo assunto normatizado e a abrangência territorial.

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-------------------|---|--|---|-------------|
| Áreas de Proteção | Lei nº 10.584, de 11 de novembro de 1997. | Dispõe sobre a área da Ponta do Papagaio, situada no "Parque Estadual da Serra do Tabuleiro". | Fica a área da Ponta do Papagaio sendo considerada Área de Proteção Especial, mantida sobre a mesma o controle da Administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro com os seguintes limites e confrontações: a) NORTE: Tendo como partida o limite da faixa dos 33 m (trinta e três metros) junto à praia do Sonho na linha que segue ao Sul conforme descrito na alínea "b" do art. 2º do Decreto nº 8857, de 11 de setembro de 1979, onde segue uma linha a partir desta intersecção sempre respeitando a faixa dos 33 m (trinta e três metros) da maré média em direção à antiga Ilha dos Papagaios Grandes até atingir a fralda do morro da mesma, na extremidade sul da praia do Sonho; b) LESTE: Atingida a fralda, segue por esta uma linha até atingir a faixa de 33 m (trinta e três metros) da maré média, agora junto ao início da praia da Pinheira no seu lado norte; c) SUL: A partir daí, segue uma linha sempre mantendo o limite dos 33 m (trinta e três metros) da maré média até atingir a intersecção da linha também descrita na alínea "b" do art. 2º do Decreto antes referido, junto à praia da Pinheira; d) OESTE: Nesta intersecção, junta-se à linha descrita na alínea "b" do Decreto já referido, até atingir o ponto inicialmente descrito. | Estadual |
| Certificação | Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998. | Dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira. | Fica criado o selo de qualidade, a ser utilizado no produto da pequena agroindustrial familiar rural e pesqueira, conforme anexo único parte integrante desta Lei. O uso do selo será concedido à pequena agroindústria familiar rural após o atendimento do padrão de edificação, de segurança pública, de trabalho, de horário de funcionamento, de regulamentação tributária e de normatização higiênico-sanitária. | Estadual |
| | | | O acesso ao programa será permitido ao pescador artesanal que cumprirem as seguintes exigências na unidade produtiva: possuir renda de no mínimo 80% (oitenta por cento) proveniente do meio rural ou pesqueiro; possuir ou ser arrendatário, meeiro e parceiro de terra ou embarcações e de processos de cultivo em águas de domínio público no Estado; não contratar mão-de-obra sazonal, na unidade produtiva, que exceda ao somatório de sua mão-de-obra familiar. Considera-se unidade produtiva para os efeitos desta norma a terra agrícola, agropecuária e aquícola do agricultor familiar, e a embarcação, o conjunto de equipamentos utilizados na extração pesqueira e o processo de cultivo em águas de domínio público do pescador artesanal. Será permitido o acesso ao programa de grupos organizados e cooperativados para a criação de uma única sede agroindustrial de pequeno porte. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|------------------|--|--|--|--------------------|
| Certificação | Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998. | Dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira. | O uso do selo de qualidade será gratuito e exclusivo para produtos produzidos com amparo na Lei n. 10.731/98. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura regulamentará a distribuição do selo de qualidade. | Estadual |
| | Lei nº 12.117, de 07 de janeiro de 2002. | Dispõe sobre a Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos. | A Denominação de Origem Controlada - DOC – reconhece e protege a denominação geográfica sob a qual um produto se tomou notório, com nítida ligação entre o produto, o território e o talento do homem. Os atributos do meio geográfico compreendem fatores naturais como solo e clima e fatores humanos, como saber fazer, tradição e cultura. | Estadual |
| | | | Constitui uma Denominação de Origem Controlada - DOC -, o nome dado a uma região ou a uma localidade do Estado de Santa Catarina que sirva para designar um produto agrícola ou um alimento originário desta mesma região ou localidade, quando a qualidade ou características específicas são de forma comprovada atribuídas, essencialmente ou exclusivamente, ao meio geográfico - compreendendo os fatores naturais e humanos - e cuja produção, processamento, transformação ou elaboração ocorram nesta mesma área geográfica delimitada. | Estadual |
| | | | Constitui uma Indicação Geográfica Protegida - IGP -, o nome de uma região ou de um local determinado do Estado de Santa Catarina que sirva para designar um produto agrícola ou um alimento originário desta região ou localidade, quando a reputação ou característica peculiar, embora ainda não comprovada cientificamente, possa ser atribuída a essa origem geográfica e cuja produção, processamento, transformação ou elaboração ocorram na área geográfica delimitada. | Estadual |
| | | | Ficam instituídos, no território catarinense, para identificar a qualidade e a origem de produtos agrícolas e de alimentos, emitidos por autoridade competente, os seguintes selos: Denominação de Origem Controlada - DOC e Indicação Geográfica Protegida - IGP. A emissão de selos para reconhecimento de Denominações de Origem Controlada o DOC - ou de Indicação Geográfica Protegida - IGP -, somente será efetivada em benefício de produtores rurais, pescadores ou empreendedores quando organizados em associações, sendo vedada sua concessão à pessoa física. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|--------------|--|---|---|-------------|
| Certificação | Lei nº 12.117, de 07 de janeiro de 2002. | Dispõe sobre a Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos. | Ficam instituídos, no território catarinense, para identificar a qualidade e a origem de produtos agrícolas e de alimentos, emitidos por autoridade competente, os seguintes selos: I - Denominação de Origem Controlada - DOC; e, II - Indicação Geográfica Protegida - IGP. A emissão de selos para reconhecimento de Denominações de Origem Controlada o DOC - ou de Indicação Geográfica Protegida - IGP -, somente será efetivada em benefício de produtores rurais, pescadores ou empreendedores quando organizados em associações, sendo vedada sua concessão à pessoa física. | Estadual |
| | | | Um nome não pode ser registrado como Denominação de Origem Controlada - DOC - ou como Indicação Geográfica Protegida - IGP – quando conflitar com o nome de uma variedade vegetal, de uma raça ou de uma linhagem animal, quando a denominação se tomar genérica ou quando se tomar nome comum de um produto ou gênero alimentício, capazes de induzir o consumidor ao engano quanto à verdadeira origem do produto. | Estadual |
| | | | Um produto com certificação de Indicação Geográfica Protegida - IGP - pode dar origem a uma certificação de Denominação de Origem Controlada - DOC - quando sua característica puder ser atribuída ao meio geográfico. | Estadual |
| Crédito | Lei nº 10.368, de 24 de janeiro de 1997. | Altera a Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores do Estado de Santa Catarina. | Não se exigirá o imposto de embarcações destinadas à pesca, utilizadas por pescadores artesanais e pela indústria pesqueira. Este benefício fica condicionado a que a embarcação pesqueira possua o seu registro, bem como do seu proprietário ou armador, atualizado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Renováveis - IBAMA. | Estadual |
| | Lei nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010. | Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675/2009. | Fica criado o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA, com o objetivo de implementar, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o pagamento das atividades humanas de preservação, conservação, manutenção, proteção, restabelecimento, recuperação e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais por meio dos seguintes Subprogramas: I - Subprograma Unidades de Conservação; II - Subprograma Formações Vegetais, e III - Subprograma Água. | Estadual |

(contínua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-----------|--|---|--|-------------|
| Crédito | Lei nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010. | Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675/2009. | O Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina será implementado por meio de Subprogramas de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, com vistas a atender aos critérios de prioridade de conservação dos recursos naturais que garantam a prestação de serviços ambientais. | Estadual |
| | Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988. | Institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores. | Não se exigirá o imposto de embarcações destinadas à pesca, utilizadas por pescadores artesanais e pela indústria pesqueira. | Estadual |
| | Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992. | Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural. | Fica criado o Sistema Estadual de Seguro Agrícola, complementar a política de seguro agrícola e garantia da atividade agropecuária, destinado a cobrir prejuízos decorrentes de fenômenos e acontecimentos naturais, desde que imprevisíveis e fora do controle humano ou dos recursos colocados à disposição do agricultor. | Estadual |
| | | | O Sistema Estadual de Seguro Agrícola deverá respeitar o zoneamento agroclimático e na sua operacionalização, incentivar a adoção de tecnologias que reduzam os riscos das atividades agropecuárias e pesqueiras. | Estadual |
| | Lei nº 9.833, de 05 de abril de 1995. | Dispõe sobre a concessão temporária de isenção de ICMS às operações de aquisição dos bens que menciona por parte dos pescadores artesanais, devidamente registrados em Colônia de Pescadores sediada no Estado de Santa Catarina. | Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção de ICMS, até 31 de dezembro de 1995, às operações de aquisição de motores, equipamentos e apetrechos destinados à pesca artesanal, por parte dos pescadores devidamente registrados em Colônia de Pescadores sediada no Estado de Santa Catarina. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-----------|---|--|---|-------------|
| Cultura | Lei nº 15.027, de 22 de dezembro de 2009. | Institui o " <i>Dia Estadual da Pesca</i> " no Estado de Santa Catarina. | Fica instituído o dia 29 de junho como " <i>Dia Estadual da Pesca</i> " no Estado de Santa Catarina. | Estadual |
| | Lei nº 15.899, de 05 de outubro de 2012. | Cria a Ação Estadual de Valorização do Artesanato no Estado de Santa Catarina. | Considera-se artesanato o conjunto de objetos utilizados para o cotidiano, resultante da transformação da matéria-prima com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas previamente conceituadas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, com ou sem expectativa econômica, podendo no processo ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios; e Núcleo de Produção Familiar: a força de trabalho constituída por membros de uma mesma família, alguns com dedicação integral e outros com dedicação parcial ou esporádica. | Estadual |
| | | | Fica criada a Ação Estadual de Valorização do Artesanato no Estado de Santa Catarina, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado. | Estadual |
| | | | O artesanato do Estado de Santa Catarina para fins de certificação: i) artesanato indígena: os objetos no seio de uma comunidade indígena, por seus próprios membros, onde se identifica o valor de uso, a relação social e cultural da comunidade; ii) artesanato tradicional: a manifestação popular que conserva os costumes e a cultura de um determinado povo e/ou região; iii) artesanato típico regional étnico: a manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação, povoação e colonização do Estado, sendo, em geral, produtos alimentícios processados segundo métodos tradicionais, em pequena escala, e produtos de perfumaria, cosméticos e aromáticos confeccionados a partir da utilização de matéria-prima regional, sendo aceitos somente os produtos que tenham forte apelo cultural e estiverem de acordo com a legislação vigente que regulamenta a comercialização destes produtos. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|------------------|---|--|---|--------------------|
| Cultura | Lei nº 15.922, de 06 de dezembro de 2012. | Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha. | Fica declarado patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha. | Estadual |
| | | Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha. | Fica declarado patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha. | Estadual |
| Gestão | Constituição do Estado de Santa Catarina. | Constituição do Estado de Santa Catarina. | As entidades representativas dos pescadores participarão da definição da política pesqueira catarinense. | Estadual |
| | Lei nº 10.383, de 15 de abril de 1997. | Cria o Conselho Estadual da Pesca. | Compete ao Conselho Estadual da Pesca: definir a política estadual do desenvolvimento pesqueiro, distinguindo as ações que devem ser executadas pelo Estado; e, compatibilizar as políticas da pesca com as do desenvolvimento rural e as de proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais. | Estadual |
| | | | Fica criado o Conselho Estadual da Pesca, como órgão deliberativo, consultivo e controlador da política pesqueira e agrícola, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. | Estadual |
| | Lei nº 11.222, de 17 de novembro de 1999. | Dispõe sobre a política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul. | Cabe à Comissão Executiva, sob a presidência do representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, planejar, coordenar e controlar as atividades da política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul. | Regional |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-----------|---|---|--|-------------|
| Gestão | Lei nº 11.222, de 17 de novembro de 1999. | Dispõe sobre a política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul. | O Poder Executivo deverá criar Comissão Executiva da política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul, composta por representantes das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Fundação do Meio Ambiente - FATMA, Polícia de Proteção Ambiental, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina - EPAGRI, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC e Associação dos Municípios da Região de Laguna - AMUREL, Prefeituras Municipais, Colônias de Pescadores e Associações Comerciais e Industriais. Poderão integrar a Comissão Executiva, como convidados os representantes da Secretaria Nacional dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, do Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas e das Organizações não Governamentais ligadas ao meio ambiente. | Regional |
| | | | Para os efeitos do art. 2º desta Lei, serão instituídos grupos de trabalho, a fim de estudar e propor ações, aos órgãos públicos e à sociedade, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável. A Comissão Executiva da política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul, indicará as metas e diretrizes necessárias aos grupos de trabalho. | Regional |
| | Lei nº 11.850, de 25 de julho de 2001. | Altera o art. 4º da Lei nº 10.383, de 1997, reformulando a composição do Conselho Estadual da Pesca. | A formação do Conselho Estadual da Pesca será paritária, com integrantes do Governo e da Sociedade Civil, na seguinte forma: um representante da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI; um representante da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; e, um representante da Pastoral da Pesca de Laguna. | Estadual |
| | Lei nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010. | Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675/2009. | Fica constituído o Comitê Gestor do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, composto por representantes de instituições e empresas públicas do Estado de Santa Catarina e da sociedade civil organizada, cabendo-lhe acompanhar a implementação e propor aperfeiçoamentos ao PEPSA, bem como avaliar o cumprimento das metas estabelecidas nos projetos. | Estadual |

(contínua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|------------------|--|---|---|--------------------|
| Gestão | Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992. | Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural. | Fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento com objetivo de definir as políticas e prioridades. É integrante do Conselho um representante da Federação de Pescadores do Estado de Santa Catarina - FEPESC. | Estadual |
| Infraestrutura | Lei nº 11.492, de 19 de julho de 2000. | Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Francisco do Sul. | Fica o Poder Executivo, através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens – DER –, autorizado a ceder ao Município de São Francisco do Sul, pelo prazo de quinze anos, o uso gratuito do imóvel constituído de um terreno com 2.400,00 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 816 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul e cadastrado sob o nº 0624 na Secretaria de Estado da Administração. A presente cessão de uso destina-se à construção de um portal turístico e um galpão com fins artístico-culturais, e de comercialização de produtos dos pescadores. | Estadual |
| | Lei nº 11.853, de 25 de julho de 2001. | Altera o art. 2º da Lei nº 11.492, de 2000, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Francisco do Sul. | A presente cessão de uso destina-se à construção de um portal turístico e de um galpão, com fins artístico-culturais e de comercialização de produtos dos pescadores. | Estadual |
| | Lei nº 16.374, de 7 de maio de 2014. | Denomina Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca Luiz Carlos Perin - CIDAP - no Município de Joinville. | Fica denominado Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca Luiz Carlos Perin - CIDAP, no Município de Joinville. | Municipal |
| | Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, com a redação da Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979. | Dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa. | A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC tem por objetivos: adquirir e comercializar, em caráter supletivo, insumos e bens de produção agropecuária, agroindustrial e produtos oriundos de pesca, bem como gêneros alimentícios básicos; e, atuar como regulador de mercado de produtos agropecuários, agroindustriais e pesqueiros, adquirindo safras ou seus excedentes e colocando-os no mercado, e quando necessário adquirir os produtos em outros Estados da Federação ou no mercado internacional, preferencialmente através do segmento da iniciativa privada. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-------------------------|--|---|---|--------------------|
| Infraestrutura | Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, com a redação da Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979. | Dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa. | Fica o Poder Executivo autorizado a constituir e organizar a Companhia Catarinense de Comércio e Armazenamento – COCAR. A COCAR terá por objetivo: promover a integração da ação estadual com a dos Governos Municipais e Federal através de seus diversos organismos especializados nas questões relacionadas com o armazenamento de produtos agrícolas, industrializados e de pescados. A COCAR poderá criar empresas subsidiárias destinadas à comercialização de produtos agrícolas e pescado. | Estadual |
| Licenciamento Ambiental | Lei nº 14.262, de 21 de dezembro de 2007. | Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais. | A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA pela análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente. O contribuinte da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais. | Estadual |
| | | | LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03: 26.50.00 - Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal. Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia. | Estadual |
| Navegação | Constituição do Estado de Santa Catarina. | Constituição do Estado de Santa Catarina. | São bens do Estado: as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem em seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, dos Municípios ou de terceiros; as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes a União. | Estadual |
| Ordenamento Pesqueiro | Constituição do Estado de Santa Catarina. | Constituição do Estado de Santa Catarina. | Concorrentemente com a União, o Estado normatizará e disciplinará a atividade pesqueira no litoral catarinense, definindo: I - áreas, épocas, equipamentos e apetrechos de captura mais adequados ao exercício da pesca; II - tamanho mínimo do pescado e quotas para a pesca amadora; III - critérios para habilitação ao exercício da pesca profissional e amadora; IV - normas e critérios de fiscalização para a pesca em época de defeso. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-----------------------|---|--|--|--------------------|
| Ordenamento Pesqueiro | Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992. | Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural. | O Estado concorrentemente com a União deverá normatizar e disciplinar a atividade de pesca e aquicultura definindo: áreas, épocas, equipamentos e apetrechos de captura mais adequados à prática da pesca; tamanho mínimo do pescado; critérios para habilitação ao exercício da pesca profissional; estabelecer e delimitar juntamente com os Municípios áreas específicas no litoral para instalação de benfeitorias exclusivas e prioritárias à atividade de pesca e da aquicultura, submetendo-os ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. | Estadual |
| Pesca | Lei nº 11.222, de 17 de novembro de 1999. | Dispõe sobre a política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul. | São objetivos da política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul: disciplinar a pesca; disciplinar a ocupação territorial e a exploração racional das lagoas fundamentada no ordenamento territorial e ambiental; proteger e desenvolver as comunidades tradicionais envolvidas no processo de extrativismo; buscar alternativas produtivas sustentáveis para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades tradicionais do Complexo Lagunar Sul; elaborar projeto de recuperação ambiental das bacias hidrográficas do Complexo Lagunar Sul e viabilizar recursos junto à instituições nacionais e internacionais para sua execução. | Regional |
| Política | Constituição do Estado de Santa Catarina. | Constituição do Estado de Santa Catarina. | A política pesqueira do Estado tem como fundamentos e objetivos o desenvolvimento da pesca, do pescador artesanal e de suas comunidades, estimulando a organização cooperativa e associativa, a recuperação e preservação dos ecossistemas e fomentando a pesca. | Estadual |
| | | | Para incrementar o desenvolvimento econômico, o Estado tomará, entre outras, as seguintes providências: tratamento favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras, que tenham sede e administração no Estado, aos pescadores artesanais e aos produtores rurais que trabalhem em regime de economia familiar, assim definidos em lei, visando a incentivá-los mediante: a) simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e financeiras; b) favorecimento no acesso ao crédito, com a criação de programas específicos de financiamento; c) redução escalonada ou eliminação de tributos, através de lei ou convênio. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-----------|---|--|--|-------------|
| Política | Lei nº 10.383, de 15 de abril de 1997. | Cria o Conselho Estadual da Pesca. | A política pesqueira e agrícola contempla o processo de exploração e aproveitamento dos recursos pesqueiros, nas fases da captura, cultivo, extração, conservação, armazenamento, beneficiamento, transformação e comercialização, bem como as atividades de pesqueira, assistência técnica, regulamentação e fiscalização. | Estadual |
| | Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998. | Dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira. | Fica instituído o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira - PROPAGRO, destinado a melhorar as condições de vida dos agricultores familiares e pescadores artesanais envolvidos nos processos de produção de característica familiar. | Estadual |
| | | | O PROPAGRO vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, visa: permitir o acesso de produtos artesanais produzidos no programa a círculos dinâmicos de comercialização, nas cidades do Estado e em outros centros de comercialização; - assegurar aos produtos artesanais competitividade no mercado e a garantia de um elevado padrão de qualidade e segurança sanitária para o consumo; e, garantir a participação de agricultores familiares e pescadores artesanais na criação de pequenas agroindústrias e no treinamento para o seu funcionamento. | Estadual |
| | Lei nº 11.222, de 17 de novembro de 1999. | Dispõe sobre a política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul. | A política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul tem a finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis das lagoas de Santo Antônio, Imaruí, Mirim, Santa Marta, Ribeirão e Camacho, localizadas nos municípios de Laguna, Imbituba, Imaruí e Jaguaruna, mediante a concentração de esforços de todos os órgãos governamentais e a cooperação técnica de segmentos da sociedade voltada à preservação do meio ambiente. | Regional |
| | Lei nº 13.558, de 17 de novembro de 2005. | Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental - PEEA. | O Poder Público, no âmbito estadual e municipal, incentivará a inserção da educação ambiental nas atividades de: conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento, de gerenciamento de resíduos, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais e de melhoria de qualidade ambiental. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-----------|--|---|--|-------------|
| Política | Lei nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010. | Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675/2009. | São diretrizes da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais: o reconhecimento da contribuição da agricultura familiar, pesca artesanal, povos indígenas e comunidades tradicionais para a conservação ambiental. | Estadual |
| | Lei nº 15.736, de 11 de janeiro de 2012. | Dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no Estado de Santa Catarina. | Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover: o desenvolvimento sustentável da piscicultura; o ordenamento; o fomento e a fiscalização da atividade de piscicultura. | Estadual |
| | Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992. | Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural. | A política pesqueira e aquícola contemplam todo processo de exploração, aproveitamento de recursos pesqueiros, nas fases de captura, cultivo, extração, conservação, armazenamento, beneficiamento, transformação e comercialização, bem como as atividades de pesquisa, assistência técnica, regulamentação e fiscalização. | Estadual |
| | | | A política pesqueira e aquícola tem por finalidade o desenvolvimento da pesca e da aquicultura, promovendo a interação dos produtores com organismos públicos e privados que atuam no setor. | Estadual |
| | | | Cabe ao Estado nas Ações da Política Pesqueira: apoiar a organização do pescador e aquícultor em formas associativas, em todo processo de exploração e aproveitamento dos recursos pesqueiros e aquícolas; promover pesquisas para aquicultura e pesca nos aspectos tecnológicos, econômicos, ecológicos e sociais; serviço de assistência técnica e extensão pesqueira; criar instrumentos de apoio a comercialização tais como feiras; inclusão nos currículos de 1º e 2º graus de matérias voltadas à atividades, nas comunidades pesqueiras. | Estadual |
| | | | O Desenvolvimento da Política Estadual Rural interage diretamente sobre as atividades pesqueiras. Entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento, e a comercialização de produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas e pesqueiros. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-------------------------|---|---|---|-------------|
| Regularização Fundiária | Constituição do Estado de Santa Catarina. | Constituição do Estado de Santa Catarina. | A concessão ou alienação de terras públicas e devolutas, a qualquer título, de área superior a vinte e cinco hectares depende de prévia autorização legislativa. A concessão de uso de terras públicas se fará por meio de contrato contendo as seguintes cláusulas essenciais: exploração da terra diretamente ou com o auxílio da família, para cultivo ou qualquer outro tipo de exploração que atenda a política estadual de desenvolvimento rural, sob pena de reversão ao Estado; residência dos beneficiários na localidade das terras; proteção e recuperação dos métodos de produção artesanais não-predatórios. | Estadual |
| | | | As terras públicas e devolutas se destinarão, de acordo com suas condições naturais e econômicas, à preservação ambiental ou a assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, até o limite máximo de vinte e cinco hectares por família. O Estado implementará a regularização fundiária das áreas devolutas de até vinte e cinco hectares, destinando-as aos produtores rurais que nelas residem e as cultivam empregando força de trabalho preponderantemente familiar. | Estadual |
| | Lei nº 13.548, de 11 de novembro de 2005. | Altera dispositivos da Lei nº 8.542, de 1992, que autoriza a doação de imóvel no Município de Itapoá. | Fica determinado o prazo de oito anos, a contar de 7 de outubro de 2001, para o início dos assentamentos e regularização nesta Lei autorizados, não devendo o seu término ultrapassar três anos, sob pena de reversão da gleba ao Estado. | Estadual |
| | Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009. | Instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente. | Entende-se por pequena propriedade ou posse rural o imóvel rural com área de até 4 (quatro) módulos fiscais. E, para os efeitos desta Lei, o tratamento dispensado aos imóveis a que se refere o inciso XXXV deste artigo às atividades de pesca artesanal, às terras indígenas demarcadas e às demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território. | Estadual |

(contínua)

Tabela 06 (continuação)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-------------------------|---|--|--|-------------|
| Regularização Fundiária | Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009. | Instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente. | São consideradas de interesse social a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área. A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. Para fins de manejo de Reserva Legal na pequena propriedade ou posse rural, o órgão ambiental estadual deverá estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação de tais planos de manejo. | Estadual |
| | Lei nº 8.542, de 29 de janeiro de 1992. | Autoriza a doação da área de terras para o Município de Itapoá para assentamento dos pescadores, rurícolas e outros. | A terra doada pelo Município de Itapoá localiza-se no lugar denominado Itapema do Norte, medindo 539,00 metros (quinhentos e trinta e nove metros) de frente a leste, onde confronta com o Oceano Atlântico, tendo pela frente uma formação de pedras que adentra o mar, formando pequena enseada; medindo 3.080 metros (três mil e oitenta metros) pelo lado direito, onde confronta com o loteamento Brasília; pelo lado sul, confrontando com o loteamento Jardim Pérola do Atlântico e terras que são ou foram de herdeiros ou sucessores de Maria Corrêa da Graça; no travessão dos fundos, numa extensão de 666,00 metros (seiscentos e sessenta e seis metros) confronta com o rio Saí, totalizando, todo o imóvel a área superficial de 1.660.120 m2 (um milhão seiscentos e sessenta mil e cento e vinte metros quadrados). | Estadual |
| | Lei nº 9.412, de 07 de janeiro de 1994. | Dispõe sobre as terras de domínio do Estado e sua atuação no processo de reforma agrária, regularização fundiária. | Ao ocupante de terras públicas devolutas que não preencher um dos requisitos da legitimação, será outorgado título de concessão de direito real de uso, inegociável pelo prazo de quinze anos, até o limite máximo de vinte e cinco hectares por família. Não poderão ser beneficiários da concessão de direito real de uso de terras públicas: os que tenham vínculo empregatício permanente fora da atividade agropecuária, ou exerçam atividades profissionais liberais. | Estadual |
| | | | O Estado poderá explorar, direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade exclusivamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração em fomento, visando ao desenvolvimento da agropecuária, os programas de assentamento ou fins educativos de assistência técnica. | Estadual |

(continua)

Tabela 06 (conclusão)

| Categoria | Ato Normativo | Ementa | Assunto | Abrangência |
|-----------|---|--|--|-------------|
| Sanidade | Lei nº 10.610, de 01 de dezembro de 1997. | Dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina. | As instalações para estabelecimento processador artesanal de alimentos de origem animal e vegetal serão diferenciadas e obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos, higiene e escala de produção, e sua especificação será estabelecida em regulamento próprio. | Estadual |
| | | | Entende-se por elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantenham características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala, obedecidos os parâmetros fixados em regulamento. São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos: peixes, crustáceos e moluscos. | Estadual |
| | | | Ficam estabelecidas as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina. | Estadual |
| | | | O estabelecimento processador artesanal de alimentos de origem animal e vegetal deverá registrar-se no Serviço de Inspeção Estadual - SIE, mediante formalização de pedido instruído. | Estadual |
| | | | Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua qualidade. | Estadual |